



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 044

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; Sem Partido: Rafael Greca

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE JUNHO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Neivo Beraldin e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühler, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 978/2003/GS do Sr. Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pela deputada Luciana

Rafagnin, que pede esclarecimentos sobre repasse de recursos aos Hospitais da Rede Pública de Saúde. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº AL000098/2003, do Sr. Hermes Ricardo Matias de Paula, secretário executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do FNDE para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o CTL/CC/087/2003, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver promulgado o Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do deputado Antonio Anibelli que, proíbe a circulação de carretas e caminhões sobre os ferry-boat, na travessia de Matinhos e Guratuba, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.055. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC/085/2003, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 760/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/086/2003, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 480/2002, de autoria do deputado Elio Rusch, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/088/2003, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 134/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, por inconstitucionalidade, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 649/2003-GS/SEAP, da Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, secretária de Estado da Administração e da previdência, em exercício, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre Diário Oficial do Estado que divulgou a relação dos servidores lotados por órgãos ou entidades, da administração pública direta, indireta e fundacional em cada um de seus poderes. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado

da pauta da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões, o item 01 - Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 de junho para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1125

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvir o douto Plenário, seja consignado em Ata desta Sessão Plenária, voto de profundo pesar à família Fortunato, do município de Catanduvás, pelo falecimento do senhor Aristides Fortunato, em 29 de maio próximo passado.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, seja cientificada a família Fortunato, senhora Nelmira Fortunato e filhos, em Catanduvás, Paraná, o senhor Aramitan Fortunato, em Ibema, Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Catanduvás foi tomada de surpresa e sentiu profundamente a morte de um de seus pioneiros. Deus tinha outros propósitos para o nosso querido amigo Aristides Fortunato, que partiu prematuramente, não obstante levar uma vida regular e desfrutar de boa saúde.

Gaúcho de nascimento, Aristides Fortunato veio para o Paraná ainda muito cedo. Na década de 60, escolheu viver no município de Catanduvás, alimentando a expectativa de ali vencer às expensas do seu trabalho honrado e digno. Não foi diferente. Podemos afirmar que o amigo Aristides Fortunato, foi um homem vitorioso.

Líder por excelência, destacou-se sobretudo no setor rural. Presidiu o Sindicato Rural de Catanduvás e dirigiu a Coopavel - Cooperativa Agrícola de Cascavel, por muitos anos encampou os assuntos pertinentes à agricultura.

Bom conselheiro, homem ponderado, sereno e experiente, foi um líder político sob a bandeira do PMDB, ao qual era um leal filiado.

Respeito, honradez e dignidade eram algumas das suas incontáveis virtudes. Cristão fervoroso, aos domingos era presença infalível na Santa Missa, à qual comparecia com toda a sua família.

Zeloso, instruiu seus filhos dentro de excelentes princípios éticos, morais e religiosos, transmitidos através de exemplos e sábios conselhos.

Àqueles que, como nós, tiveram o privilégio de desfrutar da sua amizade, fica a responsabilidade de aplicar as lições recebidas e testemunhar da retidão de caráter desse cidadão paranaense.

Nossa singela homenagem é imbuída dos melhores sentimentos, pelo que, encarecemos a sua aprovação pelos nobres pares desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 1126

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Clodoaldo Ribeiro Nunes, ocorrido em data de 03.06 p.p., na cidade de Três Barras do Paraná.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa senhora Laura Ribeiro Nunes, enviando correspondência à Prefeitura Municipal, sito à Av. Brasil, 245 - CEP 85.845.000 Três Barras do Paraná/PR.

Sala das Sessões, em 04.06.2003

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Clodoaldo Ribeiro Nunes, deixou consternada a população de Três Barras do Paraná. Há muitos anos residindo no município, marido e pai deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparáveis. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Clodoaldo soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1127

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Valmir Dezeninski, ocorrido em data em 03.06. p.p., na cidade de Três Barras do Paraná.

Requer ainda que seja dado ciência à família enlutada através de sua esposa, senhora Bernadete Dezeninski, enviando correspondência à Prefeitura Municipal,

sito à Av. Brasil, 245 CEP 85.845.000- Três Barras do Paraná/PR.

Sala das Sessões, 04.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Valmir Dezeninski, deixou consternada toda a população de Três Barras do Paraná. Há muitos anos residindo no município, deixará em todos, uma dor e saudade irreparáveis.

As pessoas que conviveram com o senhor Valmir são testemunhas da sua benevolência e da sua integridade. Era uma pessoa alegre e que sempre tratava a todos com muito carinho.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares do senhor Valmir Dezeninski, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora, mais do que nunca, as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Zacarias Pereira dos Santos, ocorrido em data de 03.06 p.p., na cidade de Três Barras do Paraná.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através da Prefeitura Municipal, sito à Av. Brasil, 245, CEP 85.845.000- Três Barras do Paraná/PR.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Zacarias Pereira dos Santos do município de Três Barras do Paraná, deixa saudades a toda família. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Homem humilde, pai, avô e amigo de todos, jamais será esquecido. Com certeza, e em tempo algum fez sequer uma inimizade, sobretudo em função da sua maneira calma, tranqüila e alegre de ser.

O município de Três Barras do Paraná, encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade se abateu sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvir o douto Plenário, seja consignado em Ata desta Sessão Plenária, voto de profundo pesar à família Comeli, do município de Catanduvas, pelo falecimento do seu patriarca, Sr. Antonio Ernesto Comeli, em 29 de maio próximo passado.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, seja cientificada a família Comeli, à Avenida Paraná, s/n, 85.470-000, Catanduvas-PR.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Muito cedo, o Sr. Antonio Comeli chegou a Catanduvas, município que escolheu para viver, constituir família e perpetuar seu nome, dedicando-se ardorosamente ao trabalho, à família e à vida comunitária.

Bom caráter, granjeou muitos amigos durante a sua vida. Presidiu a diretoria da Igreja Matriz durante muitos anos e atuou em diversos outros organismos, sempre de maneira discreta, mas com firmeza e eficácia.

Extremado chefe de família, instruiu seus filhos dentro de excelentes princípios éticos, morais e religiosos, transmitidos através de exemplos e sábios conselhos.

Aos que tiveram a bênção da sua convivência, o legado amargo da partida encontra lenitivo no cabedal de bons exemplos, integridade e determinação, que foram seu sinuelo na vida, e hoje, consiste-se na sua maior herança. Seu passamento nos priva de um grande pioneiro, homem digno de figurar na galeria dos varões de Plutarco.

Consignar esta homenagem significa reconhecer os méritos do extinto e testemunhar que aprendemos, com ele, grandes lições. Seu nome certamente está gravado de forma indelével nos nossos corações e na nossa lembrança, o que nos leva a conclamar a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de pesar à família Queirolo pelo falecimento do Sr. Ricardo Queirolo, ocorrido ontem, dia 03 de junho, na cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia aos familiares, à Rua: Desembargador Hugo Simas, 42, CEP: 86.060-490 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Ricardo Otelo Queirolo nasceu em São Paulo em 30 de janeiro de 1923. Juntamente com os irmãos, funda

o Circo Irmãos Queirolo, que tem sua primeira apresentação em 14/07/1917.

Aos sete anos de idade, Ricardo Otelo faz sua primeira atuação no picadeiro, como partner da mãe, Elvira, que era malabarista. Com nove anos, faz sua primeira atuação solo, em acrobacia. Em 1941 marca o momento do encontro do artista com o mundo da palhaçada; nasce o palhaço Espoleta.

De 1941 a 1943, Queirolo junto com outros cinco artistas, criam os Diabos Brancos, grupo de jovens acrobatas, que se apresentavam nos grandes cassinos. Em 1944 marca o seu retorno ao picadeiro, dessa vez em Curitiba. Em 1964, casado e com dois filhos, acontece sua mudança para Londrina. Recebe um convite para fazer um programa infantil na TV Coroados. Nasce o palhaço Picolino e o programa Circo Show Mercantil Castelo Branco. Em 1981, estréia na TV Tropical o programa Circo Show Infantil. Depois passa a ter um show dentro do programa Mafalda Mulher. Recebeu o "Prêmio Qualidade Paraná de 1991", e o Filo (Festival Internacional de Teatro de Londrina) prestou-lhe uma homenagem com uma exposição de fotografias de seu trabalho.

Em toda a sua vida, nunca abandonou a arte de divertir pessoas.

A Assembléia Legislativa, por intermédio desta deputada, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares do Sr. Ricardo Otelo Queirolo, endereçando votos de profundo pesar e solidariedade.

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de votos de congratulações aos empresários abaixo relacionados pelas seguintes premiações: Armino Vilson Angerer, do setor gráfico de Curitiba, Toni Mitre Abou Nabhan, do setor de vestuário, e Guido Orlando Greipel, do setor moveleiro - Título Mérito Industrial da FIEP; José Ermírio de Moraes Neto, do setor de minerais não-metálicos, e João Éber Guterres Machado, do setor de comunicações - Título Honra ao Mérito da FIEP; Atsushii Yoshii, do setor da construção civil de Londrina, e Felizardo Meneguetti, do setor sucroalcooleiro de Maringá - Título Ordem do Mérito Industrial da Confederação Nacional da Indústria.

Pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e solicita o envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. senhor governador, solicitando estudos de viabilidade para inclusão da

cidade de Araucária no anexo do Decreto 4.989/82, que refere-se à gratificação de localidade especial.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao secretário de Estado do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida, solicitando informações quanto à motivação que determinou a Portaria nº 076/2003/IAP, paralisando as obras das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

Diversas Pequenas Hidrelétricas no Estado do Paraná que estavam em construção foram paralisadas, e em função disso ocasionou desemprego e desaquecimento da economia local.

REQUERIMENTO Nº 1138

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, solicitando a implementação do Programa Tarifa Social, no qual modifica os critérios de enquadramento na tarifa, reduz o valor dos débitos, realiza o parcelamento dos débitos anteriores e agiliza o cadastramento das famílias que tenham direitos.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná - Rua Engº Rebouças, 1376 - Bairro Rebouças, CEP: 80.215-100 Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

A Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, de acordo com a lei, deve ter a tarifa social, para ajudar as famílias carentes do Estado. O governo anterior reduziu o número de famílias atendidas, de 270.000 para aproximadamente 20.000. Com isso, o número de inadimplência aumentou, tornando débitos impagáveis. Na cidade de Londrina, mais de 8.000 famílias estão inadimplentes, podendo estar sem água ou tendo-a de forma irregular. Isso, por não terem como sanar os débitos, comprometendo a saúde pública, mas sobretudo, a qualidade devida das famílias carentes paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Cláudio Augusto Santos, gerente de Mercado Residencial da

Brasil Telecom S.A. solicitando a isenção da taxa de vistoria para instalação de telefones fixos em vilas rurais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

1. As vilas rurais foram instaladas pelo Governo do Estado do Paraná, com pessoas oriundas do segmento social dos chamados bóias frias, ou seja, trabalhadores eventuais e autônomos das lavouras do Paraná. Portanto, trata-se de pessoas carentes e pobres.

2. Pelo exposto acima, nota-se claramente que os agricultores das chamadas vilas rurais não possuem recursos em pé de igualdade com outros agricultores proprietários de terra, e por isso precisam de ajuda.

REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor Presidente:

O deputado estadual, Rafael Greca de Macedo, membro do IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, e prefeito municipal da capital do Estado de 1993 a 1996, no exercício da sua responsabilidade pública, pede que a egrégia Assembléia envie ao eminente membro do Ministério Público, Dr. João Henrique Vilella da Silveira, as seguintes informações, fruto de sua experiência profissional de engenheiro urbanista, em defesa da vida e da cidadania.

O Código de Postura de Curitiba foi pisoteado pela Prefeitura Municipal ao permitir a realização do show “Unidos pela paz”, no último sábado, no Jockey Clube do Paraná. Em Curitiba, três jovens morreram pisoteados e outros 30 adolescentes ficaram feridos num triste e grave tumulto, na entrada do local.

A tragédia e a barbárie poderiam ter sido evitadas, se a civilizada lei municipal, vigente há 50 anos na cidade de Curitiba, tivesse sido cumprida.

Para realização de um show deste porte é preciso um alvará municipal, que implica na autorização de três Secretarias: Urbanismo, Meio Ambiente e Finanças. Tristemente, só a Secretaria de Finanças agiu. Só o caixa arrecadador importa nesta administração.

Há mais de 50 anos, Curitiba tem mecanismos de defesa urbana, para impedir tragédias como a de sábado passado, previsto no Código de Posturas e Obras desde 1953, que não foram acionados pela Prefeitura. Se as Secretarias de Urbanismo e Meio Ambiente tivessem fiscalizado adequadamente e a tempo, o show, seguido de tragédia, não teria ocorrido.

Há evidências de corrupção e relaxação na fiscalização urbana atual, quanto à segurança e poluição ambiental e sonora na concessão de alvarás.

Estranho que num evento deste porte, somente a Secretaria Municipal de Finanças tenha se manifestado, ao cobrar a taxa de R\$3,6 mil referentes à venda de 10 mil ingressos. As outras duas secretarias - Urbanismo e Meio Ambiente - não saíram à rua para exercer suas res-

pensabilidades e deveres, e verificar, in loco, possíveis irregularidades.

Só foi usado o mecanismo de arrecadação. Onde estavam os diligentes e responsáveis funcionários da Secretaria Municipal de Urbanismo? Estariam ausentes pela obsessão de Taniguchi em não conceder pagamento de horas-extras?

Nem os mecanismos de segurança, proteção ambiental e da proteção de vidas foram acionados. Quando se pisa no Código Municipal de Posturas Urbanas, se esmaga a vida humana.

O Código de Postura de Urbanismo foi criado em 1953 e é referência para todo o país, no que diz respeito à ordenação e organização das questões urbanas.

Na nossa cidade as corretas posturas urbanas estão sendo pisoteadas, tal qual os três adolescentes tristemente o foram, no bárbaro show de rock.

Na semana anterior, a 23 de maio, foi realizado um evento do mesmo porte no Museu Memorial de Curitiba, com dez bandas de rock. Não houve tumulto grave, mas se houvesse, as portas de vidro do local são insuficientes para permitir a devida segurança. Houve também destruição ao patrimônio público com banheiros depredados. O evento foi realizado com autorização da Fundação Cultural de Curitiba, com anuência da Prefeitura, tendo sido o museu alugado a empresários particulares, com risco grave ao patrimônio artístico, histórico e cultural do povo paranaense.

Exemplos de desrespeito ao Código Municipal de Posturas Urbanas, de acordo com deputados, são as recentes edificações construídas nos miolos de quadra e também nos recuos de cinco metros, ocupados por bares e restaurantes. Existem também construções com área edificada superior à taxa de ocupação permitida pela lei. Sem falar nos postos de gasolina, criminosamente erguidos a menos de 200 metros de escolas, hospitais, bibliotecas públicas e Faróis do Saber, ilegais e de grave risco de tragédia, em caso de explosão.

A situação beira o caos e poder ser conferida por qualquer cidadão curitibano, pela maioria dos vereadores silentes e pelo Ministério Público.

Além do Código de Postura a Lei do Silêncio, sancionada por mim, em janeiro de 1993, quando prefeito de Curitiba, também foi desrespeitada por ocasião do show de rock e o é freqüentemente nas regiões estritamente residenciais de Curitiba, como nas ruas Coronel Dulcídio, D. Pedro II, Vicente Machado, Presidente Taunay, Saldanha Marinho, Dr. Muricy e tantas outras.

A Lei do Silêncio dispõe sobre ruídos urbanos e protege o bem-estar dos cidadãos e o sossego público, contra o “stress”, que gera doenças, pode levar à loucura e à morte. O máximo de ruído permitido durante o dia é de 70 decibéis e à noite, 60, podendo, em zonas estritamente residenciais, chegar a 45 decibéis. Num show como do Jockey, o volume de ruído ultrapassa a casa dos 400 decibéis.

No sábado passado, a dor e a morte marcaram Curitiba, pela incúria das autoridades. Houvera sido aplicado nosso Código de Postura de Urbanismo e Meio Ambiente, por essa prefeitura omissa, a barbárie não teria ocorrido. O Ministério Público deve ouvir os secretários de Governo, Urbanismo e Meio Ambiente, de Cássio Taniguchi, de 2001 a 2003, já que o Jockey Club, em show de bandas "hardcore", em outubro de 2001, já viveu problemas semelhantes aos da tragédia recente.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) RAFAEL GRECA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - O Regimento Interno da Escola do Legislativo do Estado do Paraná vigorará nos termos a do texto em anexo.

Art. 2º - A implementação da Escola ficará a cargo da Comissão Executiva, devendo cumprir os prazos previstos no texto do Regimento Interno da Escola do Legislativo em anexo.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO e
NATÁLIO STICA

REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Capítulo I Dos Objetivos

Art. 1º - A Escola do Legislativo tem por objetivos:

I - propiciar formação permanente, em níveis diferenciados, voltada ao desenvolvimento profissional e cultural;

II - qualificar os servidores da Assembléia Legislativa nas atividades de suporte legislativo e técnico-administrativo, ampliando sua formação em assuntos legislativos, administrativos e econômicos;

III - oferecer aos servidores do Poder Legislativo, conhecimento básico para o exercício de qualquer função dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

IV - promover seminários e ciclos de palestras sobre temas atuais da realidade sócio-econômica brasileira;

V - fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Poder Legislativo, em cooperação científica com outras instituições de ensino;

VI - desenvolver programas de ensino voltados à formação de liderança comunitárias;

VII - desenvolver um programa de qualificação e aperfeiçoamento para os vereadores dos municípios paranaenses;

VIII - oferecer aos servidores possibilidades de complementarem ou continuarem seus estudos em todos os níveis de escolaridade;

IX - integrar o Programa Interlegis do Senado Federal, por intermédio da participação em vídeo-conferências e treinamento à distância.

Art. 2º - A Escola do Legislativo será integrada pelos seguintes órgãos:

I - Presidência da Escola;

II - Direção;

III - Coordenadoria Administrativa;

IV - Coordenadoria Pedagógica;

V - Coordenadoria de Ensino à Distância;

VI - Secretaria;

VII - Conselho Escolar.

Capítulo II

Das Atribuições e da Composição dos Órgãos

Art. 3º - O presidente da Escola deverá ser um deputado estadual eleito entre seus pares junto com a eleição da Mesa Executiva.

Parágrafo Único - Compete ao presidente da Escola:

I - representar a Escola junto à Mesa Executiva e a entidades externas;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar;

III - celebrar convênios e contratos com instituições de ensino;

IV - participar da elaboração dos programas de ensino;

V - apresentar à Mesa Executiva o orçamento anual da Escola, após ouvido o Diretor;

VI - cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno.

Art. 4º - O diretor da Escola será nomeado pela Mesa Executiva da Assembléia, após ouvido o presidente da Escola.

§ 1º - O cargo de diretor deverá ser ocupado por um servidor da Assembléia com escolaridade mínima em ensino superior.

§ 2º - Compete ao diretor:

I - representar a Escola junto à Administração da Assembléia, a entidades externas quando solicitado pelo presidente da Escola;

II - dirigir as atividades da escola e tomar as providências necessárias à sua regularidade;

III - elaborar o relatório anual de atividades a ser submetido ao Conselho Escolar;

IV - planejar e controlar os gastos de acordo com a previsão orçamentária;

V - propor ao presidente da Escola o orçamento anual, em tempo hábil para inseri-lo no Orçamento anual da Assembléia Legislativa;

VI - orientar os serviços da Secretaria da Escola;

VII - assinar, juntamente com o titular da Secretaria, certificados e documentos escolares;

VIII - participar, com direito a voto, das reuniões do Conselho Escolar;

IX - presidir o Conselho Escolar na ausência do presidente da Escola;

X - propor, ouvido o Conselho Escolar, a contratação temporária de professores e conferencistas;

XI - prover, mediante requisição, os recursos necessários ao funcionamento da Escola;

XII - aplicar no âmbito da Escola medidas disciplinares decididas pelo Conselho Escolar;

XIII - assinar as correspondências oficiais da Escola;

XIV - apreciar requerimentos dos alunos e professores sobre dispensa, licenças e matrículas;

XV - desenvolver outras atividades inerentes ao cargo, em especial com relação à administração da Escola.

Art. 5º - O Conselho Escolar é o órgão de deliberação máxima da Escola do Legislativo, tendo a seguinte composição:

I - presidente da Escola;

II - diretor da Escola;

III - coordenador administrativo;

IV - coordenador pedagógico;

V - coordenador de ensino à distância;

VI - dois servidores indicados pela Mesa Executiva, após ouvir a Presidência da Escola;

VII - um representante do corpo docente, indicado pela maioria de seus pares;

VIII - um representante do corpo discente, escolhido pela maioria dos representantes de turma.

Art. 6º - O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente na primeira semana do mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º - A presidência do Conselho caberá ao presidente da Escola, em sua ausência ao diretor da Escola, e no impedimento de ambos pelo coordenador administrativo.

§ 2º - Em caso de empate nas votações caberá ao presidente do Conselho a decisão.

§ 3º - A reunião extraordinária será convocada pelo presidente, de ofício ou a requerimento da maioria dos membros do Conselho Escolar.

Art. 7º - Compete ao Conselho Escolar:

I - fixar as diretrizes de atuação da Escola em cada período letivo, observados os objetivos da Escola;

II - planejar o trabalho escolar, estabelecendo os cursos a serem ofertados, o respectivo calendário e a periodicidade das avaliações;

III - aprovar o planejamento dos cursos e programas especiais;

IV - propor medidas que levem ao melhoramento da Escola;

V - aprovar os módulos e os currículos de ensino;

VI - aprovar os editais de seleção e de matrícula;

VII - aprovar os editais dos concursos para o corpo docente permanente;

VIII - apreciar as contratações temporárias de professores, conferencistas e instrutores;

IX - propor medidas para a solução de questões disciplinares;

X - aprovar o relatório anual de atividades a ser encaminhado à Mesa Executiva da Assembléia;

XI - propor à Mesa Executiva, por meio do presidente da Escola, modificações à estrutura da Escola ou neste Regimento;

XII - deliberar em grau ordinário ou recursal os demais assuntos atinentes às atividades da Escola.

Art. 8º - Os coordenadores serão indicados pela Mesa Executiva entre os servidores com escolaridade superior, com as seguintes responsabilidades:

I - o coordenador administrativo é responsável em dar condições ao funcionamento dos programas especiais e da formação permanente;

II - o coordenador pedagógico é o responsável pela formação permanente e pelos programas especiais;

III - o coordenador de Ensino à Distância.

Art. 9º - Compete aos coordenadores:

I - planejar os cursos e programas a serem oferecidos no semestre conforme decisão do Conselho Escolar;

II - coordenar, acompanhar e avaliar, em conjunto com o diretor da Escola, o desenvolvimento dos cursos e programas e o desempenho dos professores;

III - submeter à aprovação do diretor e do Conselho os nomes de professores, instrutores e conferencistas;

IV - comunicar ao diretor e ao Conselho Escolar os casos de reincidência em falta disciplinar;

V - opinar sobre a matrícula em disciplinas isoladas;

VI - elaborar e submeter ao Conselho Escolar os editais de seleção para ingresso na Escola;

VII - desenvolver outra atividade inerente ao cargo.

Art. 10 - A secretaria da Escola é órgão auxiliar dos demais, sendo de sua competência:

I - manter atualizados os registros do aluno e do professor;

II - providenciar o diário de classe;

III - expedir certificados;

IV - manter cadastro de nomes de profissionais especializados em diversas áreas do saber de interesse pedagógico da Escola Legislativa;

V - lavrar as atas das reuniões do Conselho Escolar;

VI - divulgar os editais;

VII - elaborar a correspondência e demais documentos da Escola;

VIII - prover as necessidades de material para o desenvolvimento dos cursos e programas;

IX - desenvolver outras atividades inerentes ao cargo.

Capítulo III

Do Corpo Docente e do Corpo Discente

Art. 11 - O corpo docente será composto pelos docentes permanentes e pelos contratados de forma temporária.

§ 1º - O corpo docente permanente será contratado por meio de concursos públicos, sendo suas bancas examinadoras sendo indicadas pelo Conselho Escolar;

§ 2º - O corpo docente temporário será contratado tendo em vista conhecimento notório e experiência comprovada nas áreas de interesse de seus proponentes.

Art. 12 - O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados na Escola do Legislativo.

§ 1º - Serão considerados alunos regularmente matriculados aqueles que estiverem matriculados em um curso, não podendo constar os alunos que se matricularam em disciplinas isoladas;

§ 2º - Cada turma dos alunos deverá escolher um representante para tratar de assuntos de interesse dos mesmos perante os órgãos da Escola.

Capítulo IV

Dos Direitos e dos Deveres

Art. 13 - São direitos do professor:

I - liberdade de cátedra;

II - participação, por meio de representante, no Conselho Escolar;

III - remuneração dos serviços prestados;

Art. 14 - São deveres do professor:

I - cumprir a programação estabelecida para o curso sob sua responsabilidade;

II - elaborar os planos de curso e os instrumentos de avaliação;

III - entregar à Secretaria da Escola, em tempo hábil, os resultados das avaliações e da sua apuração da frequência;

IV - aplicar ao aluno que incorrer em falta disciplinar penalidade de advertência e suspensão de até 1 (um) dia letivo e comunicar a ocorrência ao respectivo Coordenador;

V - ter assiduidade e pontualidade.

Art. 15 - São direitos do aluno:

I - conhecer as normas regulamentares que lhe dizem respeito;

II - ter cumpridos pelo professor os programas das disciplinas;

III - participar do Conselho Escolar, conforme previsão neste regimento.

Art. 16 - São deveres do Aluno:

I - Acatar as normas regulamentares da Escola do Legislativo;

II - cumprir a programação estabelecida e o calendário escolar;

III - ter pontualidade e assiduidade;

IV - respeitar os demais alunos e professores.

TÍTULO II

DO REGIME DIDÁTICO

Capítulo I

Do Conteúdo Programático

Seção I

Dos Estudos Básicos

Art. 17 - Os estudos básicos compõem-se de quatro disciplinas que representam o domínio de conhecimentos mínimos que todos os servidores permanentes da Assembléia Legislativa devem possuir:

I - Poder Legislativo: aspectos históricos, sóciopolíticos e jurídicos;

II - estrutura e funcionamento da Assembléia Legislativa: uma visão institucional;

III - regimento interno e dinâmica do processo legislativo;

IV - servidor público, administração pública e sociedade.

Seção II

Estudos Temáticos

Art. 18 - Os estudos temáticos compõem um quadro de formação aberta, que reúne estudos em cinco áreas de concentração, conjugando conhecimentos variados relacionados com as atividades do Legislativo:

I - Estudos Jurídicos e Legislativos (EAP): compreendem estudos jurídicos de modo geral, especialmente o processo legislativo, matérias legislativas de competên-

cia do Estado e Direito Constitucional, quando necessário Direito Administrativo e Tributário;

II - Estudos de Administração Pública (EAP): abrangem questões de teoria da administração, de planejamento e gestão públicos, e a situação das organizações e das instituições públicas no mundo contemporâneo;

III - Estudos Sóciopolíticos (ESP): envolvem conceitos básicos no campo da política, a avaliação, dos pontos de vista sociológico e histórico, das relações entre a sociedade e o poder público, e a discussão orientada sobre problemas e questões das realidades catarinense e brasileiras;

IV - Estudos Econômicos, Financeiros e Orçamentários (EFO): abrangem temas de economia e os relativos à competência do Poder Legislativo na área de controle e fiscalização financeira e orçamentária;

V - Estudos Lingüísticos (ELG): ocupam-se de todo o conhecimento na área de comunicação e expressão escrita.

Seção III

Estudos Complementares

Art. 19 - Os estudos complementares abrangem matéria e conhecimentos técnico-administrativos úteis ao trabalho legislativo não compreendidos nas áreas de concentração dos estudos temáticos e determinados pela necessidade de cada setor.

§ 1º - Os estudos básicos e os estudos temáticos serão ministrados em níveis correspondentes aos graus de escolaridade dos servidores, que terão acesso à matrícula por indicação dos titulares das diversas áreas.

§ 2º - Serão permanentes os cursos que correspondem aos estudos básicos e temáticos. A periodicidade dos cursos específicos obedecerá, prioritariamente, as demandas das unidades administrativas da Assembléia, estabelecidas pelo planejamento anual.

Seção IV

Dos Cursos Temporários

Art. 20 - São temporários os cursos especiais destinados a atender demandas conjunturais da Assembléia ou do momento político e os de curta duração, como os de extensão ou atualização.

Parágrafo Único - Os cursos de que trata este artigo poderão ser organizados em forma de congressos, simpósios, seminários, ciclos de debates e fóruns.

Seção V

Dos Cursos dos Vereadores

Art. 21 - Os cursos destinados aos vereadores dos municípios do Paraná deverão ser ministrados de forma permanente, sejam cursos à distância ou de curta duração, buscando atender um maior número de legisladores municipais possível.

Parágrafo Único - A matrícula nos cursos mencionados no *caput* do presente artigo deverão obedecer, como critério de seleção, preferência para os vereadores de municípios com menor dotação orçamentária para suas respectivas Câmaras Municipais.

Capítulo II

Do Ingresso na Escola

Art. 22 - As condições de matrícula ou inscrição nos cursos e programas oferecidos pela Escola do Legislativo serão definidas em edital aprovado pelo Conselho Escolar.

§ 1º - Será livre a inscrição nos cursos de que trata o artigo 22, se o respectivo regulamento não dispuser o contrário, exigindo-se a anuência do titular do órgão quando houver coincidência entre o horário de trabalho do servidor e o curso oferecido.

§ 2º - O edital poderá reservar vagas para atendimento à demanda de outras instituições públicas, limitadas a 50% do total de vagas oferecidas.

§ 3º - O diretor poderá autorizar a matrícula em disciplina isolada e a dispensa de disciplina já cursada, ouvida a Coordenação de Ensino quanto à sua possibilidade e conveniência.

§ 4º - Além dos critérios estabelecidos neste artigo, dever-se-á cumprir, quando se tratar de cursos dirigidos aos vereadores, as disposições do artigo 25 do presente Regimento.

Art. 23 - Os cursos referentes aos Estudos Temáticos serão destinados aos servidores das áreas a eles correspondentes.

§ 1º - O conselho Escolar poderá condicionar as matrículas nos cursos de que trata o *caput* à classificação em processo seletivo.

§ 2º - Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, o edital poderá estabelecer critérios que favoreçam em até 20 (vinte) pontos percentuais os candidatos oriundos das áreas específicas a que o curso é destinado.

Capítulo III

Da Avaliação

Art. 24 - Serão objetos de avaliação:

I - O rendimento do aluno nos cursos permanentes;

II - Os cursos ministrados.

§ 1º - A avaliação de que trata o inciso I medirá, preferencialmente, a percepção de relações e a compreensão de fatos e conceitos, e seus instrumentos serão escolhidos pelo professor de acordo com a natureza da disciplina e a metodologia adotada.

§ 2º - A avaliação prevista no inciso II visará ao aprimoramento dos currículos e das metodologias adotadas, buscando o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, devendo ser aplicado juntamente com

outros métodos uma avaliação do curso pelo corpo docente.

§ 3º - A critério do Conselho Escolar, poderá haver avaliação do rendimento do aluno em cursos temporários.

Art. 25 - As avaliações, que deverão ser contínuas, cumulativas e expressas em pontos, terão sua periodicidade fixada pelo Conselho Escolar.

Art. 26 - O aluno poderá obter, em cada disciplina, até 100 (cem) pontos, cuja distribuição se regerá por normas do Conselho Escolar.

Capítulo IV

Da Aprovação e da Recuperação

Art. 27 - Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver, no mínimo, 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 70% (setenta por cento) em cada disciplina.

Parágrafo Único - A frequência será registrada pelo professor no diário de classe ou em folha de presença registrada pela Secretaria.

Art. 28 - O aluno que não alcançar a aprovação poderá submeter-se a exames de recuperação, desde que seja freqüente, nos termos do artigo anterior, e tenha obtido pelo menos 40 (quarenta) pontos na disciplina.

Art. 29 - Considerar-se-á aprovado o aluno que alcançar, após os exames de recuperação, o mínimo de 60 (sessenta) pontos, resultantes da média aritmética das notas obtidas durante o curso e na prova de recuperação.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 - O curso correspondente aos Estudos Básicos será oferecido ao servidor admitido na Assembléia, como parte do treinamento introdutório.

Parágrafo Único - com as adaptações necessárias o curso de que trata o *caput* do presente artigo será ofertado para todos os atuais servidores da Assembléia Legislativa.

Art. 31 - Os deputados poderão freqüentar livremente os cursos oferecidos.

Art. 32 - A Escola poderá oferecer consultoria às Comissões Permanentes da Assembléia, em casos de tramitação de projetos de relevante importância, por solicitação da Mesa Executiva.

Art. 33 - A Escola poderá propor a celebração de convênio com instituição credenciada para ministrar cur-

sos, no todo ou em parte, ou para efetuar pesquisas de interesse da Assembléia, especialmente sobre os resultados da aplicação da legislação estadual.

Art. 34 - Por decisão do Conselho Escolar, poderão ser oferecidos cursos em regime aberto, sujeitos à monitoria e à avaliação.

Art. 35 - A Escola poderá organizar grupos de estudos e pesquisa de assuntos relativos aos Estudos Temáticos, de que trata o artigo 18 em nível de aperfeiçoamento, sob orientação de profissional devidamente habilitado.

§ 1º - A participação nos grupos de estudos e pesquisa de que trata este artigo dará direito a certificado nos termos definidos pelo Conselho Escolar.

§ 2º - O Conselho Escolar poderá propor à Mesa da Assembléia a publicação de revista ou boletim para divulgação dos resultados dos estudos e pesquisa de que trata o artigo e de outros relacionados com os objetivos da Escola.

Art. 36 - O Conselho Escolar poderá propor à Mesa da Assembléia a implantação de cursos de pós-graduação, cumpridas as exigências legais; e de cursos que propiciem a continuidade de estudos nos demais níveis de escolaridade.

Art. 37 - A Escola do Legislativo será vinculada à Mesa Executiva da Assembléia.

Art. 38 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Escolar, vedada a alteração dos objetivos da Escola, de seus Estudos Básicos e Estudos Temáticos e das competências dos órgãos de sua estrutura.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 326/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a dar cessão de uso para a Associação de Moradores do Jardim Bandeirantes, imóvel de Londrina, com área de superfície de 4.561,60m², matriculado sob nº 15.753, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Londrina.

Art. 2º - A cessão de direitos, que se refere o artigo 1º desta lei, será pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis, e o imóvel será utilizado para proporcionar, além de outras atividades compatíveis, uma área cultural para a comunidade do município, sendo que a prefeitura ficará responsável pela guarda e proteção do imóvel.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O 3º Distrito da Polícia Civil, localizado na Rua Serra do Roncador, 1192, Jardim Bandeirantes, município de Londrina, atualmente vem desenvolvendo funções como emissão de carteiras de identidade, registros de ocorrências, estando desativado o sistema de carceragem, por não oferecer segurança na região, e também estar localizada ao lado da Escola Estadual Professor Kazuko Ohara.

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a ceder o imóvel ao município de Londrina, para que aquela municipalidade possa implantar um Centro Cultural, que compreende salas para biblioteca pública, teatro, informática, cursos de corte e costura, música, pintura e espaço para a realização de palestras e debates.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 327/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo.

Art. 2º -Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Água Boa do Rio Baio, fundada em 18 de junho de 1999, é uma entidade sem fins lucrativos que administra e disciplina o uso e manutenção do sistema de abastecimento doméstico de água da comunidade do Rio Baio, município de São João do Triunfo, atendendo 300 (trezentas) famílias, aproximadamente 1500 pessoas, além de realizar atividades sociais em prol da comunidade a fim de elevar a qualidade de vida de todos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 328/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Liga de Remo do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º -Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Liga de Remo do Estado do Paraná - Remopar, fundada em 29 de abril de 2002, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e está localizada no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Tem por objetivo dirigir em todo o Estado com seus filiados, o Remo, organizando campeonatos e torneios de acordo com as regras internacionais. Contando com apoio de instrutores voluntários, desenvolve também, trabalho especial de remo adaptado com deficientes físicos, mentais, auditivos e visuais, bem como portadores do Mal de Parkinson, assim proporcionando lazer e condicionamento físico.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da instituição.

PROJETO DE LEI Nº 329/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedado às concessionárias dos serviços públicos de água e energia elétrica do Estado a interrupção do fornecimento, motivada por inadimplência, a pequenos consumidores e aos consumidores comprovadamente desempregados.

- Consideram-se pequenos consumidores de:

I - energia elétrica aqueles cujo consumo mensal médio, nos últimos doze meses, tenha sido igual ou inferior a 110kw (cento e dez quilowatts);

II - água aqueles cujo consumo mensal médio, nos últimos doze meses, tenha sido igual ou inferior a 12m2 (doze metros cúbicos).

Art. 2º - O benefício de que trata o *caput* deste artigo é destinado às famílias cuja renda mensal seja igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita*.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, considera-se família o núcleo de pessoas que vivem sob o mesmo teto.

Art. 4º - A proteção de que trata esta lei não se aplica àqueles cuja inadimplência ultrapassa seis meses consecutivos.

Parágrafo Único - Em caso de atraso de pagamento pelo tempo previsto no *caput* deste artigo, os débitos serão parcelados em até dez vezes.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A água é indispensável à sobrevivência de qualquer ser vivo, e a energia elétrica tornou-se igualmente

indispensável. Tendo em vista o alto índice de desemprego que atinge o nosso Estado, e considerando ainda o grande número de famílias de baixa renda que sobrevive com menos de um salário mínimo mensal, é que entendemos ser impossível que essas famílias consigam pagar rigorosamente em dia suas faturas de água e de energia elétrica. Por mais econômicas que sejam, tal despesa representaria uma boa parcela de seu orçamento mensal, reservado às necessidades básicas, para que se mantenha vivos. A escolha é difícil. Será justo que essas famílias escolham entre a água para beber e o alimento? Qual dos dois seria supérfluo? E a moradia? Será possível um chefe de família desempregado arcar com todas as despesas? Ressalta-se, também, que, principalmente nos grandes centros urbanos, não resta alternativa. Não existem nascentes de água potável que possam atender às necessidades dessas pessoas.

Portanto, se não há alternativa, não podemos permitir que morram de sede nem de fome pelo simples motivo de estarem desempregadas ou por não possuírem meios de pagar em dia pelo seu pequeno consumo de água e de energia elétrica.

Isso posto, acreditamos ser justo dar a essas famílias um prazo de seis meses para regularizarem sua situação junto às concessionárias dos serviços públicos de água e energia elétrica, resguardando o fornecimento desses, além da possibilidade de parcelamento do débito, o que acreditamos ser viável e, não acarretar prejuízo para as concessionárias.

Pelos motivos expostos e pela relevância social de nossa proposta, esperamos poder contar com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 330/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido aos estudantes das redes pública e particular de ensino de 1º, 2º e 3º graus, o meio (1/2) passe nos meios de transporte coletivo intermunicipal.

Parágrafo Único - Os estudantes farão uso dos direitos concedidos no *caput* deste artigo mediante apresentação da carteira de identificação estudantil da União Nacional dos estudantes (UNE) e/ou União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Art. 2º - O direito ao meio (1/2) passe será utilizado pelo estudante durante o período letivo estabelecido pela instituição de ensino em que o mesmo estiver regularmente matriculado.

Art. 3º - O direito ao meio (1/2) passe será utilizado pelo estudante no trajeto de ida e volta à instituição de ensino em que o mesmo esteja regularmente matriculado.

Art. 4º - O meio (1/2) passe corresponderá a 50% do valor da tarifa efetivamente cobrada aos usuários comuns, independente de promoções e descontos.

Art. 5º - Os estudantes terão direito ao meio (1/2) passe nos meios de transporte coletivo intermunicipal, nas seguintes condições:

I - viagens intermunicipais na região metropolitana;

II - viagens intermunicipais na mesma região ao Estado.

Parágrafo Único - os estudantes de 3º grau terão direito ao 1/2 passe em viagens intermunicipais, em transporte coletivo intermunicipal entre municípios de regiões diferentes do Estado.

Art. 6º - O meio (1/2) passe estudantil será de uso pessoal e intransferível do estudante e só terá validade mediante apresentação da carteira estudantil da UNE e/ou UBES.

Art. 7º - É facultativo às empresas de transporte coletivo intermunicipais a aceitação desta lei em linhas seletivas.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Os preços das tarifas nos meios de transportes coletivos intermunicipais tem contribuído para dificultar a vida de milhares de estudantes, em alguns casos, este fator tem sido decisivo para o processo de evasão escolar impedindo assim que o direito à educação seja amplo e plenamente exercido.

A falta de vagas na rede pública oficial de ensino de 1º, 2º e 3º graus, tem obrigado diversos estudantes a matricular-se em escolas que nem sempre se ajustam às suas necessidades e possibilidades nesse sentido, o fator distância, em alguns casos, leva ao abandono da escola.

Os estudantes da rede particular de ensino de 1º, 2º e 3º graus enfrentam mensalmente o problema dos aumentos das mensalidades, que acrescido ao empobrecimento da classe média, fazem dos gastos com passagens um peso considerável no orçamento familiar.

Na venda do meio passe a utilização da Carteira de Identidade Estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE) e/ou União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), devido ao seu processo de confecção que garante sua autenticidade e inviolabilidade, é fundamen-

tal para o cumprimento da lei. Além disso, as carteiras da UNE e da UBES, são padronizadas, e no Brasil inteiro são utilizadas, tanto na questão da 1/2 entrada, quanto na do transporte estudantil.

Os estudantes dos ensinos médio e universitário já usufruem deste benefício na esfera municipal, onde são concedidos 50% de desconto na frota de transporte coletivo dos municípios paranaenses. O meio passe no transporte coletivo intermunicipal representará mais uma conquista e uma relevante redução nas despesas destas pessoas. Também servirá de incentivo para as populações mais carentes terem acesso a cursos superiores.

PROJETO DE LEI Nº 332/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Indianópolis, a data nº 06 (seis) da quadra nº 01 (um) situada no perímetro urbano da cidade de Indianópolis, na comarca de Cianorte, com área de 523,00 metros quadrados, contendo edificação de 165,35 m2, matriculado sob nº 5768, folha 01 - livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício na Comarca de Cianorte, com as seguintes confrontações: divide-se com a avenida Chavantes ao N.O. numa frente de 18,00 metros; com a data nº 7 ao N.E. na distância de 40,00 metros; com parte da data nº 16 ao S.E. com 8,07 metros, e finalmente, com a data nº 05 ao S.O. numa extensão de 40,00 metros.

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, continuará sendo utilizado pela Prefeitura Municipal exclusivamente para abrigar as divisões do setor de Assistência Social do município, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias nele edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O projeto que ora apresentamos tem o objetivo de viabilizar a doação ao município de Indianópolis de um terreno que já vem sendo utilizado pelo próprio município.

O referido terreno abriga o prédio que vem sendo utilizado pelas Divisões do Setor de Assistência Social do município, e o maior interesse nesta doação, é efetuar algumas modificações e melhorias nas dependências físicas desse setor, proporcionando melhores condições de

funcionamento e conforto ao Serviço Social de Indianópolis.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o deputado José Maria Ferreira.

(**Declina**)

Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras, ilustres visitantes, imprensa.

Eu queria usar da palavra ontem para falar desse assunto, mas utilizamos o horário para conversar sobre outro tema.

Não queria deixar de consignar nesta Casa, para que ficasse registrada a minha satisfação ao ler uma matéria da Folha de Londrina desta semana, em relação às mudanças que o 1º secretário Nereu Moura e a Mesa Diretiva nesta Casa, estão propondo para melhorar as condições de trabalho da Assembléia Legislativa, contribuir para um melhor controle e acompanhamento dos munícipes, da população como um todo, os trabalhos da Casa e também aos trabalhadores da Assembléia Legislativa.

Então li naquela matéria, companheiro Nereu Moura, com muito prazer, a sua preocupação em trabalhar, como já está fazendo na direção da criação de um plano de cargos e salários aos funcionários, que a gente vem falando várias vezes aqui nesta tribuna e que é importante também para garantir a cidadania, uma tranquilidade maior para os funcionários desta Casa.

Também uma estruturação de corpo técnico para as CPI's e Comissões Internas da Assembléia Legislativa. Realmente, senhor presidente, nós queremos cumprimentá-lo, cumprimentar a 1ª Presidência e os companheiros da Mesa Diretiva por essa preocupação, porque de fato se faz importante e necessário realmente estruturar o corpo técnico da Casa, porque estamos vendo agora, nas CPI's, as dificuldades pela ausência de técnicos para estas Comissões Internas da Assembléia. Também a preocupação com a reposição de funcionários aposentados, funcionários demitidos, enfim a reposição do quadro de funcionários através de concurso público.

Vimos também na matéria, a preocupação do reenquadramento das funções que podem trazer melhorias salariais aos funcionários. Uma preocupação com a qual nós comungamos e evidentemente com certeza, os demais companheiros também devem comungar dessa preocupação.

Evidentemente que algumas questões são a médio prazo e outras são a longo prazo, mas evidentemente são medidas importantes e fundamentais para o bom funcionamento da Casa.

Gostaria de colocar que o que me deixou bastante satisfeita, também foi a preocupação da informatização

da Assembléia Legislativa. Há um projeto do deputado Edson Praczyk, que a Mesa está estudando a possibilidade dentro do menor prazo possível a informatização da Assembléia Legislativa.

Confesso, quando cheguei a esta Casa, sofri um impacto quando vi que a Assembléia Legislativa do Paraná, um Estado importante como o nosso, não é informatizada ainda. Essa informatização vai garantir aos cidadãos paranaenses melhor oportunidade para que conheçam as atividades, para que acompanhem as atividades da Assembléia Legislativa. Isso vai propiciar um maior acesso às leis, e conhecendo o processo que acontece aqui e as leis; pode haver também uma participação maior da população.

O deputado Nereu Moura falava também na sua matéria do desejo de criar o Sistema de Telecidadão, para sanar dúvidas da população ou através de um terminal que seria colocado na entrada da Assembléia Legislativa. Isso possibilitaria a transmissão das Sessões, através da internet, como acontece em Londrina; uma experiência extraordinária, importantíssima. Lá, hoje, qualquer cidadão pode acompanhar on-line, no mesmo momento em que estão acontecendo as Sessões Plenárias. O cidadão pode acessar, acompanhar, pegar projetos, interagir com os vereadores.

Acho que para a Assembléia Legislativa, para os cidadãos do Paraná, isso seria um avanço extraordinário, interage, a transparência das nossas ações nesta Casa. Acho que seria fundamental essa experiência do Telecidadão.

Neste sentido, essa informatização proposta pelo deputado Nereu Moura também vai possibilitar a interligação dos 54 gabinetes e lideranças, o que na proposta do companheiro, 1º secretário, seria a disponibilização, através da Assembléia de dois computadores para cada gabinete. Isso realmente propõe mais transparência, mais agilidade, utiliza e fundamentalmente possibilita à população o acesso mais rápido e um acompanhamento preciso do que exatamente nós estamos fazendo aqui na Assembléia Legislativa.

É uma medida revolucionária, inovadora, importante, e eu particularmente me ressinto muito da falta desses instrumentos fundamentais de trabalho, aqui na Assembléia.

Queria cumprimentar o companheiro, 1º secretário Nereu Moura, de toda a forma toda Mesa Diretiva, através do nosso presidente, pela preocupação que vem demonstrando no sentido dessa modernização imprescindível para a Assembléia Legislativa.

Com aparte o deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Quero me somar a V. Exa. da importância dos assuntos que aborda nesta Casa. Mas, para fazer justiça, nobre deputada Elza, quero dizer que aqui na Assembléia Legislativa existe sentimento por parte da maioria dos deputados, para que essas idéias sejam concretizadas.

O nosso presidente, deputado Hermas Brandão, desde quando ocupou a 1ª Secretaria desta Casa, já defendia a efetivação, tanto do Plano, como da informatização. Naturalmente nós vivemos numa Casa complexa, de enormes dificuldades de gerenciamento, e isso dificulta um pouco. Que as nossas propostas possam ser concretizadas.

Mas, quero dizer que a idéia da informatização, como também no Plano de Cargos e Salários, não é nossa. É uma idéia da atual Mesa Executiva, como já era das Mesas anteriores. Creio e tenho esperança que a nossa Mesa Executiva irá implantar o Plano, como também informatizar esta Casa. Aliás, todos os esforços estão sendo feitos pela atual Mesa, presidida pelo nosso companheiro deputado Hermas Brandão, para que possamos avançar. Que a Assembléia possa avançar e que possamos ter esses avanços em favor da população do Estado do Paraná e do próprio trabalho dos deputados que terão, com certeza, melhores condições de desenvolver os seus mandatos.

A SRA. ELZA CORREIA

Por isso, nós nos referimos em nossa fala a toda Mesa Diretiva desta Casa, e também aos demais companheiros. Evidentemente idéias como essa vão acontecendo num processo com a participação de todo o colegiado, todo o corpo de parlamentares, deputados e deputadas.

Nós queríamos apenas deixar consignada a nossa satisfação de ver aí o sonho de Mesas Diretivas anteriores de deputados que estão aqui na Casa há mais tempo que a gente, começando a se tornar uma realidade.

Esta é a nossa fala desta tarde, para deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa a nossa alegria em saber que isso que é o pleito e uma vontade antiga desta Casa, começa de fato, neste momento, através de companheiros que estão dirigindo a Assembléia Legislativa.

Era isso, senhor presidente e nobres companheiros!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o deputado Geraldo Cartário, pelo PSL.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiramente quero falar sobre o projeto de nossa autoria, que foi pedido a suspensão por cinco Sessões, proposto pela deputada Elza Correia.

Esse projeto, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, deputada Elza Correia, tem por finalidade legalizar um serviço funerário, principalmente, quando nós sabemos que em algumas cidades existe cartel formado por funerárias.

Aqui, no caso de Curitiba, o Instituto Médico Legal é do Estado do Paraná, os médicos são pagos pelo

Governo do Estado, as instalações são do Governo do Estado e, no entanto, quem está mandando a seu bel-prazer é a Prefeitura de Curitiba, porque quando uma pessoa de um município do interior do Estado, seja de Londrina, da Fazenda Rio Grande ou de São José dos Pinhais vem no Instituto Médico Legal para retirar o corpo, tem que se submeter aos critérios que as funerárias de Curitiba implantaram.

Por isso, faço um apelo ao senhor presidente, para que esse nosso projeto que já passou mais de cinco Sessões, seja trazido de volta pela assessoria da Casa para ser votado, porque é de interesse de toda a população que sofre violentamente pelo descaso que acontece nos IML's, não só de Curitiba, mas de outras cidades, em benefício de um cartel formado por funerárias.

Senhor presidente, outro assunto que eu gostaria que o deputado Hermas Brandão, nosso presidente da Casa, juntamente com as lideranças e com o presidente da CCJ, deputado Hermes da Fonseca, fizessem uma reunião imediata para acabar com esse critério que foi adotado onde o projeto autorizatório não pode ser votado nesta Casa, porque as nossas Sessões, senhor presidente, senhores deputados, estou aqui há doze anos e nunca tinha visto isso, um projeto chega na CCJ e os integrantes da Comissão da CCJ encampam todo o Plenário, que praticamente está aqui para homologar o que a CCJ resolve! Isso está ferindo o direito da representatividade de cada parlamentar nesta Casa! Não podemos nos acovardar com esse critério adotado!

Senhor presidente, senhores deputados, em 26 de março de 2001, eu apresentava aqui um projeto de lei que tinha o número 8401. Do que ele falava?

(Lê):

“SÚMULA: Dispõe sobre a encampação das concessionárias rodoviárias no Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado decretou e sancionou a seguinte Lei: “Fica o Poder Executivo autorizado, na forma do artigo 37 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, a encampar os serviços sobre concessão rodoviária em todo Paraná, por motivo de interesse público à inexecução dos respectivos contratos. Com a encampação, o DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná assumirá os serviços anteriormente concedidos”.

Esse projeto é da nossa autoria.

Vejam o trabalho que deu para fazê-lo.

Quando terminou o ano, se falava que o deputado não podia apresentar, que traz custo financeiro e com isso as concessionárias continuaram trabalhando e enriquecendo.

E o nosso projeto parado aqui. Está aqui, não estamos inventando absolutamente nada, é de 26 de março de 2001! Precisou agora o governador do Estado mandar um projeto a esta Casa no mesmo sentido que aqui está.

Então, a Assembléia já se preocupava porque os deputados sabem que todos nós somos favoráveis ao pedágio. Por isso esta Casa aprovou o pedágio. Agora,

não concordamos com o preço e a forma como foi outorgada a concessão e a forma como está sendo gerenciada. Este ano, de novo, na data agora de fevereiro, nós apresentamos um novo projeto falando a mesma coisa, pedindo a encampação dos serviços das concessões rodoviárias.

A CCJ, senhor presidente, simplesmente tomou para si os poderes totais, absolutos e soberanos dos 54 deputados e falou o seguinte: Não se aprova mais projeto autorizatório.

Mas, o que vamos aprovar para o governador? Não é autorizado ele a revogar essa lei?

Então, existe ou não existe por parte da Assembléia, a competência de legislarmos aqui em projetos autorizatórios?

Esse é o apelo que faço ao presidente Hermas Brandão, às lideranças, a todos os deputados, que não seja cerceado o direito de aqui apresentarmos projetos de alta relevância em benefício do nosso povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Geraldo Cartário, V. Exa. tivesse solicitado a esta presidência, com relação ao seu projeto que não entrou em pauta, mesmo estando já há 5 sessões ausente dela, aprovado por este Plenário, eu poderia deliberar. V. Exa. citou o nosso presidente Hermas Brandão. Então, tem que aguardar o presidente assumir a presidência para resolver a questão.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Eu peço a palavra pela ordem, porque tenho falado sobre um assunto que vou expor aqui, tanto à 1ª Secretaria como a todos aqui da Casa. Acho que a Assembléia Legislativa deveria estabelecer um processo na recepção, aonde o cidadão que tivesse acesso à Casa pudesse identificar-se, mostrar a sua documentação, assim como acontece no Tribunal de Contas, no Palácio Iguaçu, no Tribunal de Justiça, porque nós estamos assistindo aqui mais dia, menos dia, queria Deus que não, mas temos que ter controle de quem tem o acesso à Casa, não temos hoje.

Evidentemente que aqui é a Casa do povo e o povo tem que ter toda a abertura. Mas, nós temos que merecer pela organização.

Vamos imaginar, na pior das hipóteses, entra alguém aqui, sobe na tribuna, ou visitante, no corredor, e algum deputado sofre uma ameaça ou é abordado por alguém, ou acontece algum roubo dentro da Casa, como é que a Casa sabe quem entrou naquela dia?

Então, acho que é hora de estabelecermos uma organização que até supermercado tem. Tem filmadora, câmeras, o estacionamento tem, o shopping tem, então faço essa colocação para que no futuro, queira Deus não venha a acontecer nada para com os representantes do povo, mas precisamos ter mais controle sobre quem entra e quem sai do Poder Legislativo.

Era essa a consideração!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores.

Estou encaminhando à Comissão de Direitos Humanos desta Casa e à Comissão de Segurança Pública, um caso de perseguição e de racismo dentro da Polícia Militar do Estado do Paraná. Está hoje na tribuna de honra na nossa Casa Legislativa, o soldado Ivan Luis Camargo dos Santos, que, desde 1998, vem sofrendo perseguições por parte de superiores. Ele, que no ano de 1998, como eu já disse, teve o preconceito racial praticado por parte de um superior, que disse: se eu fosse comandante da Polícia Militar, não aceitaria preto; preto para mim é coturno.

O caso já foi divulgado, ele ganhou uma indenização que ainda não recebeu e inclusive o deputado Marcos Isfer, que aqui está, na época solicitou a transferência do soldado Camargo para salvaguardar a sua integridade física e moral, a qual foi negada, diga-se de passagem.

E, para surpresa e espanto de todos nós, dias atrás, ele, ainda sofrendo as retaliações por parte dos superiores da gloriosa Polícia Militar do nosso Estado, só por não se dirigir a um tenente como um “sim, senhor”, acabou sendo recolhido e obrigado a fazer funções humilhantes dentro do Batalhão no qual está lotado atualmente.

Um policial com bons antecedentes, como comprova a sua ficha funcional, que está aqui em minhas mãos, vítima de um preconceito, um crime de racismo dentro da corporação, uma prática condenável e inclusive prevista no Código Penal com a prisão e inafiançável, diga-se de passagem. Isso desrespeita o artigo 5º da nossa Constituição e eu gostaria que a Comissão de Segurança, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos tomassem uma providência em relação a este caso.

Inclusive a Procuradoria da República do Estado do Paraná já tem um processo que está observando, a veracidade de tudo aquilo que estamos trazendo a esta tribuna no dia de hoje.

Nós, inclusive, encaminhamos para o secretário de Segurança, Dr. Luiz Carlos Delazari, providências em relação a este caso no dia trinta último e para o próprio governador Roberto Requião que, tenho certeza, vão tomar as providências, porque não aceitam esse tipo de atitude, principalmente quando o governador Roberto Requião aprovou nesta Casa a reforma do Estatuto da Polícia Civil.

E, na minha opinião, deveríamos também começar a analisar a hierarquia dentro da Polícia Militar. Arbitrariedades são cometidas diariamente dentro das casernas! Não estamos mais na ditadura militar! O tempo do coturno, da ponta da botina, graças a Deus faz parte do passado triste da nossa história!

Então, eu gostaria de pedir aqui a todos aqueles que comungam desse pensamento, antes de lhe passar a palavra, deputado Marcos Isfer, para que possamos arejar a corporação da Polícia Militar, para que ela possa prestar melhores serviços, à nossa comunidade. Esse policial que está emocionado nesta tribuna, teve o seu nome jogado na lama. Ele foi colado em choque dentro de sua própria família, com problemas de relação pessoal com a sua esposa, que está grávida, no 8º mês. Ele teve de fugir do batalhão onde estava recolhido, para não sofrer humilhações muito piores. Inclusive, uma prisão arbitrária sem um mandado de munção para ele.

Concedo um aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, deputado Barbosa Neto.

Apenas para ratificar o que V. Exa. diz, esse é o caso que entristece nossa polícia e o nosso Estado do Paraná. Lembrar que durante muito tempo as próprias mulheres foram discriminadas dentro da corporação. Havia época - se o senhor não sabe - em que as mulheres não poderiam ser promovidas, além do cargo de tenente da Polícia Militar. Hoje elas têm em aberto ir para todo o Estado maior, para galgar os maiores cargos dentro da Polícia Militar. Esse é um caso que tivemos a oportunidade de solicitar providências. É um caso que infelizmente entristece, não só a corporação, como esta Assembléia e o Estado do Paraná. Mostra que, infelizmente, muitas vezes as pessoas se deixam levar pelo cargo que ocupam, se acham poderosas. Não é só na Polícia Militar que encontramos isso. Infelizmente, algumas vezes na política encontramos isso. Está o caso do governador Roritz, que também tratou com falta de respeito um cidadão, porque se achava acima do bem e do mal pelo cargo que ocupa.

Acho que a recomendação que V. Exa. faz, com relação à Comissão de Direitos Humanos desta Casa, tomar algumas providências e até mesmo estar vigilante, é dever de todos nós.

O SR. BARBOSA NETO

Muito obrigado.

Para finalizar eu gostaria de conclamar mais uma vez, principalmente a Comissão de Segurança Pública, que recebeu este farto material e vai se pronunciar nas próximas horas. E também a comissão que é presidida pelo deputado Durval Amaral, de Defesa dos Direitos Humanos, para que imediatamente possamos restabelecer a justiça e arejar essa corporação. Porque o tempo da suástica nazista também já passou. Precisamos nos adequar à nova realidade.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, distinto público aqui presente.

Quero me somar às palavras do deputado Barbosa Neto, embora eu não conheça o fato. É lamentável que em pleno 2003 ainda exista uma discriminação tão forte, a racial. As deputadas Elza, Arlete, a gente sabe como é forte a discriminação em relação à mulher.

Eu queria me somar às palavras da deputada Elza, quando aqui falou sobre a informatização e a questão dos funcionários da Casa. A gente sabe que há muito tempo os funcionários esperam por esse plano de carreiras e salários. A gente espera que até a metade deste ano possa ver aprovado esse projeto e assim contemplar os novos funcionários aqui da Assembléia. Acredito que além da informatização da Casa, precisamos democratizar os seus espaços. Tem deputados que têm gabinetes enormes, duas ou três vezes maior do que os dos outros.

Então, acredito que para a gente ser coerente mesmo, para se ter igualdade entre os deputados aqui, os espaços dos gabinetes também sejam iguais, que exista esta democratização dos espaços dos deputados.

Também uso a tribuna, de uma maneira especial hoje, para a gente comentar um pouco sobre a pesquisa divulgada pela CNT-Censo, divulgada ontem pela Confederação Nacional do Transporte, em que registrou um índice de crescimento da popularidade do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Sabemos da dificuldade com que Lula assumiu o nosso País e nesses seis meses é com alegria que vemos o crescimento da popularidade do nosso então presidente.

A avaliação positiva do governo passou de 47,7% em abril, para 51,6% em maio. A avaliação negativa caiu de 9.4 para 7.2. O desempenho pessoal do presidente é aprovado por 78% dos entrevistados. A avaliação feita sobre a equipe do presidente Lula está cada vez melhor. Entre abril e maio o índice de ótima e boa subiu para 52.6%. A avaliação péssima ou ruim caiu para 6.6%.

As expectativas positivas do governo, com relação à condução do governo Lula também continuam crescendo. São 69.7% as pessoas que acreditam que Lula fará um bom governo. Para 62% dos entrevistados o governo está cumprindo com as promessas de campanha, um aumento de 4% com relação ao mês passado. É claro que vai passando o tempo e Lula consegue colocar em prática muitas das propostas de campanha, embora seja ainda cedo para podermos fazer uma avaliação geral do seu governo. Na verdade agora estamos entrando no sexto mês de governo.

Segundo a pesquisa o grau de satisfação dos brasileiros com o País aumentou para 66.25%, comprovando que o governo Lula está no caminho certo.

A pesquisa ouviu duas mil pessoas no período do dia 28 a 30 de maio, em 24 Estados das cinco regiões brasileiras e tem uma margem de erro de 3%. Este número demonstra o forte apoio popular que o presidente Lula tem, demonstra também que a população deseja um País

decente e acredita no governo do PT, e acredita também que o governo do PT tem todas as condições de garantir um Brasil melhor para todos.

Com certeza o povo brasileiro não ficará decepcionado pelo governo Lula, pelo menos nós acreditamos e estamos apostando nisto, assim como muitos ou milhares de brasileiros acreditam.

Acreditamos também ser necessária a aprovação das reformas para que o Brasil possa realmente voltar a crescer. O que o povo brasileiro ainda espera - e ainda é necessário que aconteça - é a baixa dos juros e esperamos que ele realmente baixe na hora certa, mas de uma forma segura, para impedir a volta da inflação e desta maneira, o país adquire cada vez mais credibilidade interna e externa e garante a estabilidade econômica com a retomada de políticas sociais para o nosso povo.

Era isto, senhor presidente, senhores deputados. Estamos realmente felizes com o resultado da pesquisa, acreditando cada vez mais neste governo popular e esperando realmente que o Brasil venha a ser o Brasil dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança da Oposição, Liderança do Governo.
(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos deputados Hermas Brandão e Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1133, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a

antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de propostas de obras e serviços estaduais de grande vulto. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 016/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, visa dispor sobre a realização de plebiscito diante de proposta de obras e serviços estaduais de grande vulto.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável, na forma da emenda anexada.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 016/2003

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 016/2003, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - A convocação e divulgação do plebiscito ficam a cargo da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A convocação e divulgação ocorrerão, no mínimo, com 90 dias de antecedência.”

Sala das Sessões, em 18.03.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 016/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tadeu Veneri, visa dispor sobre a realização de plebiscito

diante de proposta de obras e serviços estaduais de grande vulto.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão de Finanças acompanha o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, entendendo que a proposição em tela procura proporcionar aos nossos cidadãos uma participação mais efetiva na vida pública paranaense, ampliando o processo democrático do nosso Estado.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 16/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.04.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 016/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Tadeu Veneri, o projeto em epígrafe torna obrigatória a realização de plebiscito anual para decidir sobre a conveniência de se realizarem obras e serviços de grande vulto, assim entendidos aqueles que comprometam mais de 5% (cinco por cento) da receita tributária centralizada prevista na Lei Orçamentária Anual do Estado ou tenham grande repercussão para a população ou para a Administração Pública, alterem profundamente a paisagem natural, afetem o meio ambiente e tenham significativo impacto na organização do espaço urbano e rural.

Nos termos do referido projeto de lei, caberá à Assembléia Legislativa, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, individualizar tais obras e serviços.

Se com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o planejamento já se impunha como necessário, hoje, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornou-se imprescindível. Nos termos dessa lei, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Isto significa que o administrador público não pode mais arrecadar e gastar sem um programa de governo, que evite a improvisação e contemple obras e serviços prioritários para a população.

Mesmo assim, grandes obras públicas são realizadas às vezes sem que atendam às reais necessidades da população.

Em face disso, entendemos que o povo deve ser consultado, mediante plebiscito, sobre matéria de acentuada relevância, inclusive de natureza administrativa, como é o caso das obras e serviços previstos pelo projeto, quando estes comprometam de modo significativo a receita estadual ou tenham grande repercussão para a

população ou o meio ambiente. É a consagração da soberania popular, prevista na Constituição Federal (artigo 14, *caput* e incisos I a III) e regulamentada pela Lei nº 9709/98.

O presente projeto, de autoria do deputado Tadeu Veneri, torna obrigatória a realização de plebiscito anual para decidir sobre a conveniência de se realizar obras e serviços e grande vulto comprometem mais de 5% (cinco por cento) da Receita Tributária Centralizada prevista na Lei Orçamentária Anual do Estado do Paraná.

A Constituição Estadual cita:

“Art. 2º - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;”

“Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com auxílio dos secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

VI - dispor sobre organização e funcionamento da administração estadual, na forma da lei;”

“Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXI - autorizar plebiscito e referendo, na forma da lei;”

“Art. 15 - Os municípios gozam de autonomia, nos termos previstos pela Constituição Federal e por esta Constituição”.

“Art. 16 - O município reger-se-á por lei orgânica e os seguintes preceitos:

XII - organização das junções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;”

O artigo 4º do projeto em análise, abaixo descrito, dá atribuições à Mesa Executiva da Câmara do Município de Curitiba:

“Art. 4º - A convocação e divulgação do plebiscito ficam a cargo da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Curitiba.”

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece nos incisos VI e VII, do parágrafo primeiro artigo 33, o seguinte:

“Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º - À Comissão Executiva compete:

VI - autorizar despesa;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia Legislativa e encaminhá-la ao Poder Executivo”;

O artigo 6º do projeto dispõe: que as despesas dessa lei ocorrerão por conta da dotação orçamentária da Assembléia Legislativa, suplementada se necessário.

Não obstante, em nosso entendimento, o presente projeto deve sofrer duas alterações:

a) No *caput* do artigo 1º, deve ser excluída a palavra “anual”. Considerando que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser encaminhado à Assembléia

anualmente, em se constando as obras ou os serviços de que trata o presente projeto, o plebiscito deve ser convocado. Caso contrário, não há razão para a realização do plebiscito. Daí não ser adequada a exigência de realização de plebiscito anual.

b) No artigo 4º, o prazo mínimo de noventa dias para a convocação e divulgação do plebiscito deve ser reduzido para sessenta (no mínimo!), a fim de que o Projeto de Lei Orçamentária contemple o resultado do plebiscito.

Ocorre que, no termos do artigo 22, incisos II e III, do ADCT da Constituição do Estado do Paraná, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser encaminhado à Assembléia Legislativa até 15 de abril e o projeto da Lei Orçamentária até 30 de setembro. Conseqüentemente, nesse intervalo de tempo (de 15 de abril a 30 de setembro), a Assembléia deverá identificar as obras e serviços que devam ser submetidos a plebiscito, convocá-lo, realizá-lo e comunicar o resultado ao governador do Estado para que possa, se for o caso, alterar o projeto de Lei Orçamentária, adequando-o ao resultado do plebiscito, antes de enviá-lo a esta Casa.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei com as emendas que acompanham este parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 016/20003

Dê-se ao *caput* do artigo 1º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Art. 1º - É obrigatória a realização de plebiscito para decidir sobre a conveniência de se realizarem obras e serviços de grande vulto.”

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

Apoio:

Rafael Greca, Francisco Bühner, Elton Carlos Welter.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 016/20003

Dê-se ao artigo 4º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Art. 4º - À Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compete a convocação e a

divulgação do plebiscito de que trata esta lei com, no mínimo, sessenta dias de antecedência.”

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

Apoioamento:

Rafael Greca, Francisco Bühner, Elton Carlos Welter.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1136, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 016/2003.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu pedi para encaminhar o requerimento; acredito que V. Exa. não tenha ouvido. Então, apenas para justificar, eu me posicionaria contra o projeto do deputado de, na hora de encaminhar o projeto, de encaminhar e me posicionar contrário a esse projeto do deputado Tadeu Veneri.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Pe. Haruo Sasaki. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA. nº 007/2003, de 18/03/2003**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 121/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado José Maria Ferreira, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Pe. Haruo Sasaki.

Fundamentação

Foi apresentado pelo líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT a indicação do presente projeto, estando o mesmo de acordo com a Lei nº 13.155, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de títulos de cidadania do Estado do Paraná.

Conclusão

O Padre Haruo Sasaki, conforme a biografia que acompanha o projeto, nasceu na cidade de Hamatsu, no Japão, não sendo, então, cidadão nato do Estado do Paraná. Neste caso é concedido o título de Cidadão Honorário e não Benemérito, como foi proposto na proposição em tela. Sendo assim, apresentamos parecer favorável na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 121/2003

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Haruo Sasaki.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento: Marcos Isfer.

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

O projeto em questão que estamos propondo - através desta Casa - homenagear o Padre Haruo Sasaki, que é uma das figuras mais expressivas da nossa região Norte do Estado.

Um homem de origem japonesa, naturalizado brasileiro, radicado em São Jerônimo da Serra, conhecido também do presidente Hermas Brandão, o Padre Sasaki, como é conhecido, tem um trabalho extremamente grande há anos. Isolado, quieto, sem fazer grande propaganda, a não ser daqueles que vão até a sociedade Humanista para receber lá o tratamento que poucos estabelecimentos oferecem no nosso Estado, tratamento para doença de pele. Tem curado, através deste tratamento, desta luta sua, milhares e milhares de paranaenses, de brasileiros que lá ocorrem.

Sempre lutando com o esforço dele, da sua comunidade, buscando recursos no Japão. E ele já vem fazendo isso há algumas décadas. Lutando na organização de base da sociedade, buscando fazer com que a sociedade possa, através da sua organização, do seu trabalho, da sua consciência sobretudo cívica, como de cidadania, fazer com que os direitos possam ser respeitados.

Por isso, senhor presidente, é que apresentamos esse projeto de lei e esperamos ter a compreensão para aprovação dos senhores deputados e das senhoras deputadas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder à votação. Lembramos aos senhores deputados, que precisamos da maioria para aprovar o projeto; precisamos de 28 votos.

Pediria que houvesse a chamada nominal dos senhores deputados que se encontram na Casa para que viessem participar da votação. E, logo após esta Sessão teremos outra, fruto do requerimento aprovado anteriormente, com relação à antecipação da Sessão de amanhã para hoje.

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal do senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)
(**Procede à chamada nominal do senhores deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quarenta e um deputados votaram. Solicito a gentileza dos deputados Miltinho Pupio, Hermes da Fonseca e Marcos Isfer, por gentileza, que possam ajudar para proceder o escrutínio dos votos.

Resultado da votação: 40 votos SIM e um voto NULO.

Portanto, está concedido o título de Cidadão Benemérito ao Padre Haruo Sasaki.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Nelson Maculan. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA. nº 015/2003, de 07/04/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 174/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei sob exame, de autoria da deputada Elza Correia, visa conceder ao Dr. Nelson Maculan, o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

A Lei nº 13.115/2001, que recentemente disciplinou a concessão de títulos honoríficos no Estado, estabelecendo as respectivas condições e procedimento, ampara perfeitamente a presente proposição, em vista da valorosa atuação do homenageado em favor e defesa dos interesses de nosso Estado, seja nacional como internacionalmente.

Informa o parecer, em anexo, da Diretoria Legislativa, que o projeto encontra-se dentro do limite anual, estabelecido para cada partido político, para apresentação de proposições desta natureza.

Já quanto ao implemento da condição formal para propositura do projeto de lei, estabelecida no artigo 2º e seu § 3º, da norma citada, infere-se que o Ofício nº 025/2003, firmado pelo líder do Partido da autora, o PMDB, representa a vontade da maioria dessa Bancada.

Isto posto, e em face do orçamento jurídico que rege a providência proposta, nenhum obstáculo se impõe à concessão do merecido título.

Portanto, é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Em votação.

Passa-se à votação secreta.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

40 deputados votaram.

Peço a gentileza do deputado Mauro Moraes, do deputado Bradock e do deputado André Vargas, para nos ajudar no escrutínio dos votos.

- 39 votos, SIM

- 01 voto, NÃO

Portanto, está concedido o título de Cidadão Honorário ao Sr. Nelson Maculan.

O SR. NEIVO BERALDIN

Para anunciar o aniversário do ilustre colega, talvez um dos deputados mais queridos dentro desta Casa, o deputado Renato Gaúcho, e também, querido por mais de 200 mil ouvintes, diariamente, na sua emissora.

Os nossos parabéns!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa se associa às homenagens ao nosso deputado Renato Gaúcho, que faz aniversário na data de hoje.

Parabéns, em nome de todo o corpo legislativo e dos parlamentares desta Casa.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1123, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1125 a 1129, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1130, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1134 e 1135, de autoria da deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1137, de autoria do deputado Elton Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1138, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1141, de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. ELZA CORREIA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de anunciar e agradecer a presença aqui dos trabalhadores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, trabalhadores e trabalhadoras que estão nas nossas galerias.

Acompanham esse grupo a Sandra Márcia Duarte, presidente do Sindicato e também a Alessandra, de Londrina. Tem companheiro de várias cidades do Estado que estão aqui buscando o apoio desta Casa e de todos os parlamentares que certamente terão, em relação à Lei 1.366, que trata do plano de quadro próprio do Executivo.

Eles estão preocupados porque o prazo vence agora em julho e ainda não existem os critérios estabelecidos e esse processo está paralisado. Eles têm tido contatos com o secretário Aldo Parzianello, mas estão, aqui,

hoje, especialmente, para pedir o nosso apoio, a nossa solidariedade, inclusive, em relação à realização de concurso público e melhores condições de trabalho nas penitenciárias, nas casas de custódia, pois a situação é bastante crítica.

Eu penso que possa falar em nome dos meus colegas, dos deputados, das deputadas que, certamente, esses trabalhadores terão o apoio incondicional desta Casa, porque as reivindicações são justas e importantes. Nós estamos, aqui, também, para defender o funcionalismo do nosso Estado!

Queria agradecer a presença de todos e dizer que vocês podem contar com o apoio e a solidariedade de todos nós.

Obrigada pela presença!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência agradece a presença dos nossos visitantes e soma-se às palavras da nossa deputada Elza

Correia no sentido da nossa solidariedade e apoio aos trabalhadores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 270/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 036, 038 e 041/2003.

Levanta-se a Sessão.